



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 25 de agosto de 2021

PAUTA

Novos coordenadores

Anamaria Corbo (Direção) deu as boas-vindas aos novos coordenadores de laboratório, que tomaram posse no dia 19 de agosto, para o período 2021-2023.

Calendário do CD EPSJV

Anamaria explicou aos novos coordenadores o funcionamento do CD Fiocruz, que acontece sempre na última semana do mês (quinta e sexta-feira), e que a ideia é que o CD EPSJV aconteça sempre na quarta-feira, antes do CD Fiocruz, para discutir temas e subsidiar a Direção nas discussões do CD Fiocruz.

O calendário de CDs ordinários da EPSJV até o fim de 2021 prevê reuniões nas seguintes datas: 22 de setembro, 27 de outubro, 24 de novembro e 16 de dezembro.

No caso dos CDs extraordinários, quando houver necessidade, a ideia é que não aconteça nas quartas-feiras e, prioritariamente, sempre que possível, aconteça na terça-feira.

Apresentação da proposta de organização de oficina de Planejamento 2021-2025 da EPSJV

Anamaria explicou que esta pauta seria adiada para a semana seguinte, em uma reunião extraordinária do CD EPSJV, no dia 01 de setembro, quando também será tratada uma pauta sobre as emendas parlamentares apresentadas em 2020 para execução em 2021.

Planos de cursos

Ingrid D'ávila (VDEI) informou que os três cursos que seriam apresentados a seguir foram apreciados na CT de Ensino da EPSJV e aprovados. Dois deles tem previsão de atividades presenciais, por isso, foram trazidos para debate no CD EPSJV.

Curso "Formação de formadores de cuidadores de pessoa idosa"

Camila Borges (Laborat) apresentou o curso, que integra um projeto de pesquisa que envolve a EPSJV e diversas instituições. A formação tem como público-alvo os trabalhadores de serviços públicos de saúde, dos estados do Maranhão e do Pará, com o objetivo de multiplicar conhecimentos sobre o cuidado ao idoso na pandemia e pós-pandemia. O curso será oferecido na modalidade remota, com 70 vagas para cada território.

Anamaria destacou a pertinência do tema e informou que Daniel Groisman foi convidado para apresentar o tema ao Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para discutir a Política Nacional de Cuidados.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o plano de curso.

Curso Desenvolvimento Profissional em Vigilância em Saúde para o enfrentamento das arboviroses no contexto da pandemia de Covid-19

Edilene Menezes (Lavsa) explicou que o curso faz parte de um projeto de pesquisa, iniciado em 2019, que envolve diversas unidades da Fiocruz, além do Observatório de Territórios Sustentáveis da Bocaina, e tem quatro campos de atuação - Manguinhos, Maricá (RJ), Ceilândia (DF) e Paraty (RJ).

O curso já foi realizado presencialmente em Maricá e Ceilândia em 2019, mas foi suspenso nos dois outros campos por conta da pandemia de Covid-19. A nova proposta é que o curso seja realizado presencialmente em Paraty, com uma carga horária menor, se as condições epidemiológicas locais permitirem. Edilene explicou que a coordenação optou pelo curso presencial devido às dificuldades de acesso à internet em Paraty, o que prejudicaria uma formação remota.

A previsão é que o curso aconteça em setembro, voltado para agentes de saúde e profissionais de saúde, educação, cultura, meio ambiente e saneamento, além de lideranças comunitárias e de comunidades tradicionais. A confirmação da data depende das condições epidemiológicas de Paraty, que será avaliada em conjunto pela coordenação do curso e as autoridades sanitárias locais, conforme orientação já definida pelo CD EPSJV.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o plano de curso.

Curso Vigilância e Monitoramento de populações expostas ao mercúrio no Brasil

Edilene Menezes (Lavsa) informou que o curso integra um projeto de pesquisa, do edital Inova PMA de Saúde Indígena, e já teve uma edição realizada em abril de 2021, de forma remota. A formação é voltada para profissionais de saúde que atuam nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) da região do Tapajós, no Pará.

Como, na avaliação da coordenação do curso, a modalidade remota prejudicou a formação plena dos alunos, devido a dificuldades com acesso à internet e impossibilidade de atividades práticas, a proposta é que a nova turma seja realizada na modalidade presencial, em outubro de 2021, se as condições epidemiológicas locais permitirem.

Páulea Zaquini (Lic-Provoc) perguntou quais seriam os protocolos em relação ao corpo docente que teria que se deslocar para ministrar as aulas em outro estado. Edilene explicou que seriam seguidas as orientações do Plano de Retorno da EPSJV e informou também que professores e alunos já estão vacinados.

Camila Borges (Laborat) sugeriu que a Escola procurasse o grupo de Saúde Indígena da Ensp, que possui protocolos para a realização de cursos nos territórios indígenas.

Ingrid observou que todos os protocolos serão seguidos, mas lembrou que os cursos são voltados para trabalhadores da saúde que sempre estiveram na linha de frente da assistência, em trabalho presencial, que envolvem riscos muito maiores

que as atividades pedagógicas, portanto, seria um contrassenso negar a atividade presencial para esses profissionais.

Carlos Batistella (CCI) sugeriu que, como vai haver deslocamento dos docentes e a comunidade indígena é mais vulnerável, que fosse feita uma quarentena e a testagem dos professores antes que eles tivessem contato com os indígenas.

Edilene disse que essas questões já foram discutidas pela coordenação do curso e que todos os novos protocolos serão incorporados pela equipe pedagógica.

Etelcia Molinaro (Latec) lembrou que havia sido pactuado no CD EPSJV que a realização de cursos na modalidade presencial deveria passar por deliberação do Conselho Deliberativo e perguntou se a decisão sobre o início das aulas desses dois cursos não deveria ser tomada pelo CD, em vez de ser transferida para a coordenação do curso.

Anamaria destacou que era justamente o que estava sendo feito naquele momento, mas que a decisão final sobre a data de início das aulas, teria que ser tomada mais próxima das datas pelo GT de Monitoramento da EPSJV, juntamente com a Direção, a Coordenação de Vigilância da Fiocruz e a coordenação do curso, pois há dificuldades em reunir o CD EPSJV com a agilidade necessária para essas deliberações. A diretora disse ainda que as decisões serão informadas ao CD EPSJV.

Páulea sugeriu que os novos protocolos sejam incorporados ao plano de curso. Ingrid informou que os protocolos previstos no Plano de Retorno da Escola já estavam previstos no plano de curso e sugeriu que fossem incorporadas também as questões relativas ao deslocamento de docentes.

Chamada para habilitação de servidores da EPSJV para participar do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu e Licença Capacitação

Anamaria deu as boas-vindas a Tiago Ferreira, que veio da CST/Cogepe para a EPSJV e assumiu a coordenação da Seção de Gestão de Pessoas.

Anamaria explicou que Tiago e Raquel Moratori (VDGDI) iriam fazer a apresentação do documento da chamada para explicar os principais pontos e que a proposta da Direção é que o documento seja discutido nos laboratórios e setores e, depois, volte ao CD EPSJV para deliberação.

Raquel explicou que o documento aponta diretrizes para a concessão das licenças e que uma das principais alterações é que as licenças para qualificação não podem mais ser parciais em relação à carga horária, mas, agora, podem ser parceladas em diversos períodos de acordo com a necessidade do trabalhador.

Tiago apresentou os principais pontos do documento, explicando as alterações feitas pela Escola no documento original.

Edilene Menezes perguntou se não é mais possível se afastar parcialmente e continuar dando aula e também se, caso o trabalhador queira fazer um curso que não estava em seu planejamento, ela fica impedido de se candidatar ao edital de qualificação.

Raquel explicou que não é mais possível se afastar parcialmente, o que pode ser feito é se afastar parceladamente, tentando, por exemplo, encaixar o período de aulas de um professor dentro do período em que ele não está afastado.

Páulea Zaquini (Lic-Provoc) perguntou como fica a questão dos trabalhadores que participam de atividades de capacitação sem estarem afastados oficialmente, se isso não acarretaria um problema pelo fato de a pessoa estar em outra instituição em seu horário de trabalho.

Camila Borges (Laborat) perguntou como fica a situação das pessoas que estavam em licença para capacitação e tiveram seus cursos interrompidos por causa da pandemia. Se há algum impedimento para que eles participem novamente do edital de capacitação.

Raquel disse que vai consultar a Cogepe sobre as questões levantadas por Páulea e Camila e trazer a resposta na próxima reunião do CD EPSJV que discutirá esse assunto.

Movimentação de pessoal

Marco Antônio de Carvalho

Anamaria informou que Marco Antônio Carvalho Santos, que estava na coordenação-adjunta do Programa de Pós-graduação da EPSJV, havia solicitado transferência para o Lic-Provoc, que, em colegiado, aprovou a ida de Marco Antônio para o laboratório.

Mas, a diretora explicou que, como não houve candidato para a coordenação do Labform, nas eleições de coordenadores da EPSJV realizadas em agosto, a Direção solicitou que Marco Antônio assumisse interinamente a coordenação do Labform, até que haja novas eleições para a escolha do coordenador do laboratório para os próximos dois anos. Com isso, Marco Antônio vai assumir a coordenação do Labform e, assim que for possível, vai iniciar também a divisão de carga horária entre o Lic-Provoc e o Labform até que possa se transferir definitivamente para o Lic-Provoc.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a movimentação do trabalhador.

Raphael Guimarães

Antes de iniciar a discussão desse ponto da pauta, Anamaria consultou o CD EPSJV sobre a participação de um representante da CISTT durante essa discussão, conforme havia sido solicitado pelo coordenador da CISTT, Augusto César (Labform). O CD EPSV concordou com a participação.

Anamaria disse que a Escola tem sido demandada a abrir novas frentes de trabalho e que as possibilidades de ampliação da força de trabalho para atender a novas demandas são muito remotas. Ela destacou que a EPSJV já consome, atualmente, cerca de 80% de seu orçamento com o pagamento de trabalhadores e que não há mais folga para a contratação de novos terceirizados, além de não haver nenhuma perspectiva de um novo concurso público em breve. Além disso, nos próximos cinco anos, cerca de 20% dos servidores da Escola já poderão se aposentar.

Nesse cenário, a diretora destacou que a Escola precisa redefinir prioridades institucionais e ser cuidadosa com a movimentação de trabalhadores da EPSJV para outras unidades. Anamaria disse que algumas dessas questões podem ser mitigadas quando houver uma política de gestão do trabalho e de movimentação de pessoal na Escola, mas, que enquanto não houver, é preciso dar a maior transparência possível a esses processos na unidade.

Raquel Moratori informou que Raphael estava solicitando a transferência da EPSJV para a ENSP, sem permuta de servidores entre as unidades e que ele havia apresentado um laudo do Núcleo de Perícia e Avaliação Funcional -

NUPAFS/COGEPE recomendando a sua movimentação por questões de saúde. Como apoio ao processo de decisão, a Direção solicitou um parecer à CISTT sobre o caso.

Raquel fez um relato da trajetória de Raphael dentro da EPSJV, desde quando ele ingressou na Escola, em janeiro de 2015, após ser aprovado no Concurso Público 2014 da Fiocruz. Nesse período, ele atuou no Lavsa, VDPDT e Lires, além de ter se afastado por cerca de nove meses, em períodos alternados, para atividades de qualificação.

A vice-diretora da Gestão relatou que se reuniu com Raphael, para entender melhor as razões de seu afastamento, compreendendo que não há nexos causal entre o ambiente de trabalho e as condições de saúde do trabalhador. Assim, propôs que ele reduzisse sua carga de atividades na Escola e também solicitou que ele aguardasse negociações da Direção com a Ensp para tentar uma permuta de servidores.

Raquel informou que a Escola buscou alternativas de movimentação, mas não conseguiu a permuta visto que o problema de força de trabalho é comum a todas as unidades da Fiocruz. Raquel informou que a direção é contrária à movimentação do servidor neste momento, mas que, a pedido de Raphael, estava trazendo o caso para deliberação do CD EPSJV.

Anamaria disse que não existe uma política de movimentação de trabalhadores na Fiocruz e que as Direções das unidades tentam negociar caso a caso para reorganizar a força de trabalho. Lembrou ainda que a tendência é que a situação se agrave ainda mais nos próximos anos, com a redução no número de servidores.

Ana Reis (Lires) relatou que o colegiado do laboratório discutiu a questão da saída do servidor e suas consequências para o processo de trabalho no Lires, que também perdeu outros servidores nos últimos anos. Ela destacou o potencial de trabalho de Raphael e disse que todo o grupo se solidarizou com a situação dele, além de reconhecer que seu campo de trabalho tem mais vinculação com a Ensp que a EPSJV. Ana Reis explicou que, por essas razões, o colegiado do Lires acatou o pedido de saída de Raphael.

Carlos Batistella (CCI) ressaltou que a perda de servidores tem um grande impacto para a Escola, principalmente em época de escassez de recursos públicos. Ele sugeriu que a EPSJV tentasse negociar com a Ensp o compromisso de deixar uma permuta futura em aberto.

Páulea Zaquini (Lic-Provoc) disse que essa é uma discussão difícil e lembrou que, em 2020, a Escola chegou a criar um GT para discutir a movimentação de trabalhadores, mas que a iniciativa não teve continuidade. Ela disse ainda que o Lic-Provoc apoia a saída de Raphael, mesmo reconhecendo que será uma perda para a Escola.

Edilene Menezes (Lavsa) lembrou que o Lavsa perdeu 14 servidores, desde 2002, em movimentações internas e externas; e recebeu apenas três novos servidores, também por movimentações, no mesmo período.

Letícia Batista (Labgestão) disse que o laboratório aprova a saída de Raphael, considerando que o Lires também concordou com a saída de seu trabalhador, mas entende que é preciso discutir essa questão na Escola para pensar as movimentações de acordo com os processos de trabalho na EPSJV, levando em conta não apenas os desejos do trabalhador, mas também a responsabilidade institucional de cada um.

Camila Borges (Laborat) disse que o laboratório é favorável à saída de Raphael e sugeriu que a Escola faça uma escuta dos servidores que deixaram a EPSJV nos últimos anos para entender melhor suas razões.

Márcia Valéria (Lateps) disse que o seu laboratório também apoia a saída de Raphael, mas lembrou que as vagas obtidas pela Escola nos últimos concursos públicos da Fiocruz são uma conquista, fruto de muito trabalho dos que permanecem na Escola. Ela também defendeu que os servidores que deixaram a Escola nos últimos anos sejam chamados para uma conversa, inclusive para verificar a possibilidade de retorno deles à EPSJV.

Marco Antonio disse que a questão das movimentações é um problema antigo e que tem deixado alguns setores e laboratórios em uma situação de fragilidade insustentável, além de fragilizar a própria Escola. Ele destacou que os servidores públicos devem colocar o projeto institucional acima de seu projeto pessoal, mas que concorda com a saída de Raphael, pois acredita que ninguém deve ficar na Escola por obrigação.

Anamaria disse que as considerações de todos ajudaram a pensar sobre a questão e que é preciso tempo para amadurecer uma proposta de política de movimentação na Escola. Disse ainda que a Direção vai buscar o diálogo com a Ensp em relação a deixar uma permuta "em aberto" para o futuro. Por último, lembrou que os trabalhadores vinculados à Direção e Vice-Direções não podem ser liberados para outras unidades sem permuta, pois não haveria outro profissional para substituí-los, o que acaba criando uma desigualdade entre os setores.

O CD EPSJV aprovou a saída de Raphael da EPSJV para a Ensp.

INFORMES

Atualização do Plano de Contingência da Segurança da EPSJV

Anamaria informou que está prevista para ser iniciada, em breve, a obra de blindagem da fachada do prédio da EPSJV, além da reforma estrutural na caixa d'água e no prédio anexo. A blindagem depende ainda da importação do aço e da autorização do Exército, por isso, as obras estruturais serão iniciadas primeiramente.

Devido ao retorno gradual das atividades presenciais, a Escola atualizou o Plano de Contingência da Segurança para situações de conflito no território de Manguinhos. A equipe de comunicadores foi alterada, incluindo apenas os trabalhadores que estão em trabalho presencial, e a cartilha de orientações está sendo atualizada e será divulgada em breve.

Projetos apresentados para emendas parlamentares 2022

Anamaria informou que a Escola apresentou seis projetos para pleitear recursos de emendas parlamentares para 2022. A Cogeplan vai analisar as propostas e, em seguida, a Escola vai iniciar os contatos com os parlamentares, por meio da Assessoria Parlamentar da Fiocruz, para buscar os recursos.

Para 2021, a Escola conseguiu emendas parlamentares para quatro projetos apresentados em 2020, mas com menos recursos do que havia sido solicitado pela EPSJV. Os setores responsáveis por esses projetos - Laborat, Lic-Provoc, Lires e Lavsa - fizeram adaptações nas propostas e elas serão apresentadas na próxima reunião extraordinária do CD EPSJV.

Retorno às atividades presenciais de ensino

Ingrid D'ávila informou que uma das turmas do Curso de Doulas retornou às atividades presenciais no dia 7 de agosto e a outra no dia 21 de agosto. Antes do retorno, a coordenação do curso fez todos os procedimentos previstos no Plano de Retorno da Escola e tudo funcionou bem.

A vice-diretora informou que o GT de Monitoramento se reúne toda sexta-feira, no final da tarde, para analisar os dados epidemiológicos do Rio de Janeiro e, a partir daí, decidir pela continuidade ou não do Plano de Retorno. Essas decisões serão informadas ao CD EPSJV.

Em relação ao retorno do Ensino Médio, Ingrid explicou que a decisão final seria tomada na reunião de 27 de agosto do GT de Monitoramento e que, se houvesse dúvidas do GT sobre a melhor decisão a tomar, o grupo iria consultar a Coordenação de Pandemia da Fiocruz.

Anamaria observou que o retorno vai demandar solidariedade e adaptações de todos para que sejam mantidas as melhores condições de segurança sanitária.

Subcâmara de Comunicação, Informação e Informática

Ingrid informou que se reuniu com Cátia Guimarães e Talita Rodrigues, da CCDE, para fazer uma avaliação conjunta do funcionamento da Subcâmara de Comunicação, Informação e Informática. A avaliação geral é que esse espaço de discussão não costuma mobilizar e engajar os grupos de trabalho da Escola em relação às suas pautas.

A proposta da VDEI é que a subcâmara passe a ser mais transversal, ligada a todas as vice-direções, e que a composição fosse vinculada aos grupos de trabalho mais ligados aos objetos de discussão da subcâmara, como SINF, Codemates, CCDE, BEB, TES, Lires e Lic-Provoc, mas sem impedir a participação de outros laboratórios e setores.

Carlos Batistella sugeriu que a CCI também fosse incluída no grupo principal, devido ao seu trabalho ligado à Comunicação e Informação. Ingrid concordou com a inclusão.

Representações institucionais e recomposição de equipes

Monica Vieira informou que a composição do Núcleo de Acesso Aberto (NAAC) da EPSJV foi atualizada e que o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EPSJV está com uma vaga aberta.

Monica também informou que a composição do Comitê de Política Editorial da EPSJV será alterada, pois seu coordenador, André Dantas, solicitou seu desligamento da função, assim como duas de suas integrantes, Márcia Teixeira e Elizabeth Leher, que deixou a Escola.

A Escola também está sem representação na Comissão de Epidemiologia da Abrasco. Monica solicitou que o Lires e o Lavsa indiquem representantes para a comissão.

Anamaria disse que a Direção está atualizando a lista de representantes institucionais da Escola em diversos fóruns e que ela será divulgada em breve para o CD EPSJV.

Ações de cooperação internacional da EPSJV

Carlos Batistella fez uma apresentação sobre algumas das ações da Coordenação de Cooperação Internacional da Escola que estão em andamento. Uma delas é o Programa de Cooperação em Educação para o Fortalecimento do Sistema Público de Saúde de São Tomé e Príncipe, que inclui a realização de um curso de Mestrado, além de outros cursos de curta duração, inclusive cursos de formação docente.

Outra ação é a participação da EPSJV no Campus Virtual da Opas, com temáticas como a formação de técnicos. Foi solicitado que a Escola elabore, como Centro Colaborador da OMS, uma atividade inicial para o campus. Entre as possibilidades, está a elaboração de um material para a formação docente e para a formação de formadores de cuidadores de idosos.

A CCI também está realizando o Ciclo de Oficinas “Desafios da formação de técnicos em saúde durante a pandemia”, que já teve uma edição e tem mais três edições previstas até o fim de 2021; e está formalizando um Acordo de Cooperação com o IOC e a Universidade de Aveiro, em Portugal.

IX Congresso Interno da Fiocruz

Anamaria Corbo informou que o IX Congresso Interno da Fiocruz já tem um cronograma previsto e que serão realizados, em 2021, quatro seminários temáticos preparatórios para o Congresso com os temas: Ciência e Tecnologia, Saúde, Trabalho e Ambiente.

A diretora solicitou que quem tiver interesse em ser delegado do Congresso Interno que se programe para participar dos seminários, que serão importantes para a elaboração do documento orientador do Congresso.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Ana Reis (Lires)
Anamaria Corbo (Direção)
Augusto César Ferreira (CISTT) - convidado
Camila Borges (Laborat)
Carlos Eduardo Batistella (CCI)
Edilene Menezes (Lavsa)
Etelcia Molinaro (Latec)
Ingrid D'avilla (VDEI)
Letícia Batista (Labgestão)
Márcia Valéria Morosini (Lateps)
Marco Antônio Santos (Labform)
Monica Vieira (VDPDT)
Páulea Zaquini (Lic-Provoc)
Raquel Moratori (VDGDI)
Talita Rodrigues (CCDE)
Tiago Ferreira (SGP) - convidado
Tiago Lopes (Grêmio Estudantil)